

Crédito Solidário e Desenvolvimento Local:

o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga – MG

Alair Ferreira de Freitas¹
Nora Beatriz Presno Amodeo²
Fernanda Dutra da Silva³

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi verificar as contribuições da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga (Ecosol Araponga) para o desenvolvimento local no município de Araponga, MG, sinalizando também alguns desafios dessa organização. A pesquisa foi do tipo qualitativo-descritivo, empregando-se o estudo de caso. O processo de coleta de dados envolveu observação participante e entrevistas semiestruturadas com dirigentes/gestores e cooperados em julho/2010, contemplando uma amostra de 50 cooperados e 5 dirigentes. A cooperativa analisada é gerenciada e dirigida pelos próprios agricultores familiares, o que lhe possibilita utilizar as informações de sua rede de relações sociais na operacionalização e no fortalecimento da gestão do crédito, em prol do desenvolvimento local. Os resultados mostram várias formas pelas quais tanto os agricultores familiares quanto a atividade econômica do município beneficiam-se pelas atividades da cooperativa. Esses dados nos mostram que a essência da contribuição dessa cooperativa ao desenvolvimento local está no fato de que ela possibilita o acesso ao crédito em quantidade considerada suficiente e no tempo certo para que os agricultores familiares aproveitem as oportunidades de mercado e aperfeiçoem seus sistemas produtivos, promovendo a circulação local de recursos financeiros e as possibilidades de construção coletiva de projetos.

Palavras-chave: Cooperativa de crédito solidário. Agricultura familiar. Desenvolvimento local.

¹ Doutorando em Administração pelo Cepead/Face/UFMG. Pesquisador do núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade. alairufv@yahoo.com.br

² Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Professora do Departamento de Economia Rural da UFV. npresno@ufv.br

³ Bacharel em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa. fernandadutra18@hotmail.com

Abstract

The aim of this research was to investigate the contributions of the Family Farmers Economic Solidarity Credit Union of Araponga (Ecosol Araponga) for local development in the municipality of Araponga, MG, pointing out also some challenges of the organization. The research was qualitative and descriptive, under the form of case study. The process of data collection involved participant observation and semi-structured interviews with directors / managers and cooperators in July/2010, covering a sample of 50 associates and 5 leaders. The cooperative is managed by its own associated farmers, which enables her to use the information from their network of social relations in the operationalization and strengthening of management of credit in favor of local development. The results show various ways in which both the farmers, as well as the local economic activity are benefiting from the activities of the cooperative. These data indicate that the essence of the cooperative's contribution to local development lies in the fact that it allows access to credit in an amount considered sufficient and in time for the farmers to take advantage of market opportunities and improve their production systems, promoting local movement of financial resources, and opportunities for joint projects.

Keywords: Economic Solidarity Credit Union. Family farms. Local development.

Durante a maior parte do século 20 o crédito rural não foi acessível para a maioria dos agricultores familiares e alimentou a diferenciação socioeconômica no meio rural brasileiro. Ainda se insere nesse contexto o fato de que as instituições financeiras formais ligadas à oferta de crédito (como os bancos) apresentavam dificuldades de ofertar (ou não ofereciam) produtos e serviços adequados para o público de baixa renda (Búrigo, 2006).

Surgiram, contudo, novas iniciativas a partir da organização de movimentos ligados à agricultura familiar para atender à demanda de acesso ao crédito: as cooperativas de crédito rural solidárias. Estas são organizações de cunho coletivo, especializadas em movimentações financeiras e orientadas por seu quadro de sócios, com o intuito de democratizar o acesso ao crédito aos agricultores familiares. Esse tipo de cooperativa surge como fruto das mobilizações das entidades de representação da agricultura familiar, dando um caráter “alternativo” às cooperativas de crédito, vinculando as instituições financeiras às proposições sociopolíticas desse segmento. A tentativa de vincular o fornecimento de crédito com a melhoria da qualidade de vida se tornou um princípio para estas cooperativas.

Concebido pelo conjunto de organizações sindicais que formam a Central Única dos Trabalhadores, segundo seus documentos institucionais, o Sistema Ecosol foi uma das alternativas encontradas para esse fim. Ele representa um esforço importante dos agricultores para reduzir a exclusão financeira e a pobreza e gerar mais equidade social, e traduz também uma manifestação econômica e política concreta de setores populares e sindicais que procuram, sob a ótica da economia solidária,⁴ construir cooperativas de crédito como instrumentos capazes de enfrentar os desafios do setor financeiro e ampliar o mercado de crédito para fazê-lo acessível às camadas populares.

⁴ Alguns autores, como Arruda (1996), entendem a economia solidária como um “outro modo de vida”, em que os valores percebidos vão além da competição característica da sociedade capitalista.

É importante verificar, no entanto, se estas organizações cumprem com os seus objetivos e agem da forma proposta, ou se são estruturados discursos que não conseguem se viabilizar na prática.

Desta forma, este trabalho teve o objetivo geral de compreender a dinâmica de atuação da Ecosol Araçonga e seu papel na promoção do desenvolvimento local. Este objetivo é estabelecido a partir de incursões empíricas anteriores à pesquisa, que identificaram a organização em questão como um ator relevante no arranjo institucional local de promoção do desenvolvimento local, instigando maiores níveis de análise sobre o caso em particular.

Para desenvolver argumentos sob este recorte, o presente artigo foi dividido em 5 seções, além desta introdução. No item seguinte apresenta-se a revisão de literatura que fundamentou a pesquisa, discutindo o cooperativismo de crédito e o cooperativismo de crédito rural solidário e fundamentos para a compreensão do desenvolvimento local como categoria analítica. A seção 3 descreve os aspectos metodológicos que orientaram a operacionalização da pesquisa. As demais partes apresentam resultados da investigação desenvolvida.

Revisão de literatura

Surgimento do cooperativismo de crédito

As cooperativas de crédito surgem como uma forma de ampliar o acesso ao sistema financeiro para pessoas de baixa renda. As origens do cooperativismo de crédito remontam-se a 1847, sob influência de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, em iniciativas organizacionais que passaram a ser denominadas posteriormente de Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf (Pereira, 2008). Esta experiência, consagrada como modelo Raiffeisen de cooperativas de crédito, tinha atuação voltada exclusivamente para áreas rurais, nucleando o segmento mais pobre da população da época. Já as cooperativas de crédito urbanas, criadas por Franz-Hermann Schulze,

surgiram em 1856, na cidade de Delitzsch na Alemanha. Neste sistema, chamado também de crédito mútuo, as sobras eram divididas proporcionalmente ao capital aplicado por cada sócio e estes tinham de pagar uma cota de ingresso e provar que poderiam comprar, pelo menos, uma cota a prazo (Búrigo, 2007, p. 34).

Em 1902 foi criada a primeira cooperativa de crédito no Brasil, sob a denominação de Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis (RS), a primeira cooperativa de crédito da América Latina e a mais antiga ainda em funcionamento. Assim, as cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen foram se espalhando, mas pelo fato de não terem contado com o apoio do governo (que chegou a proibir a constituição de novas organizações deste modelo no período militar) acabaram praticamente extintas. Somente as cooperativas de crédito mútuo conseguiram enfrentar as limitações legais e se adequar às novas regras que o governo havia criado para regulamentá-las na década de 70 (Búrigo, 2007). No final desta década, o cooperativismo de crédito rural começou a se reestruturar novamente. Em 1981 surge a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul, tentando se tornar uma eficiente alternativa financeira aos pequenos produtores rurais daquela região.

Desta forma, durante algumas décadas, o acesso ao crédito para as camadas rurais de baixa renda era praticamente impossível. Elas ficavam fora do escopo das políticas nacionais de crédito rural e não tinham renda nem garantias suficientes para acessarem o sistema bancário nacional. Assim, novas alternativas de crédito, sob a forma do microcrédito, primeiro, e as cooperativas de crédito, posteriormente, foram surgindo com o intuito de facilitar o acesso ao crédito a este público excluído. O microcrédito, como argumentam Junqueira e Abramovay (2003), procura efetivar mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com os propósitos das organizações, aliando sustentabilidade institucional, capilaridade do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários. No Sul de Santa Catarina, em 1996, foi criado o Sistema Integrado de Cooperativas

de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). Este sistema, criado e dirigido pelos próprios agricultores familiares, procurava diminuir as burocracias existentes para ter acesso ao crédito e fortalecer uma agricultura mais sustentável.

O sistema Cresol contou com o apoio de organizações que manejavam os fundos rotativos⁵ da região e também com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ele contribuiu com os agricultores familiares e suas famílias, oferecendo linhas de crédito específicas, adequadas as suas realidades, visando o aumento e a diversificação da produção, que proporcionassem bem-estar social e qualidade de vida para as pessoas (Búrigo, 2007, p. 58). Assim, o Pronaf se constitui numa política pública de extrema importância para esses agricultores, pois promove o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, incorporando-a como beneficiária das políticas públicas, ampliando sua potencialidade de, por exemplo, conquistar novos mercados e agregar valor aos seus produtos, obtendo qualidade suficiente para competir com os demais produtores.

Esse modelo de cooperativismo de crédito solidário foi se espalhando pelo país e gerando novas redes organizacionais, como as promovidas pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim, em 2004, surge em São Paulo uma central das cooperativas de crédito, que era vinculada aos sindicatos, chamada Central das Cooperativas de Crédito Rural e Mútuo de Intenção Solidária, que tentava aglutinar as diferentes experiências do país, consolidando o que se chamou de Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário – Ecosol (Pereira, 2008).

⁵ Os fundos rotativos de crédito podem ser caracterizados como uma organização informal de crédito, gerenciada pela própria comunidade, sendo mais comuns no meio rural. Os recursos para a formação do fundo geralmente provêm de agências de cooperação internacional, e são destinados a grupos organizados de agricultores.

O Sistema Ecosol e as cooperativas de crédito solidárias

O Sistema Ecosol pretende organizar uma rede de instituições financeiras locais de caráter coletivo e solidário (Búrigo, 2006). A atuação destas cooperativas busca contribuir também com a geração de renda e com o desenvolvimento local a partir do fortalecimento dos laços sociais e financeiros (Freitas et al., 2009).

Assim, as cooperativas de crédito solidárias do sistema Ecosol se desenvolvem como uma tentativa de mostrar o potencial do cooperativismo de crédito junto aos segmentos sociais menos favorecidos. Em São Paulo proliferaram aquelas destinadas a públicos urbanos enquanto que, no resto do país, é possível notar que a maioria das cooperativas de crédito solidárias estão focalizadas no espaço rural e especialmente nos agricultores familiares de baixa e média renda.

Estas cooperativas se integram numa rede de organizações, como os Sindicatos de Trabalhadores rurais, as ONGs, as Associações de Produtores, dentre outras, articuladas na promoção do desenvolvimento local. Além de defender uma ativa participação dos cooperados agricultores na gestão dessas organizações, estas cooperativas se somaram à luta pela democratização das linhas oficiais de crédito rural e pela valorização da agricultura familiar (Búrigo, 2006, p. 22).

Os sindicatos de trabalhadores rurais são atores de suma importância no desenvolvimento destas cooperativas, pois, na maioria das vezes, são por eles promovidas. Grande parte dos recursos que movimentam estas cooperativas advém destes, o que proporciona a possibilidade da cooperativa realizar maiores empréstimos aos seus cooperados.

De acordo com Abramovay (2004), o principal escopo destas cooperativas é fazer da oferta de crédito um meio para fortalecer o tecido econômico local e os horizontes de inserção socioeconômica dos indivíduos, aos quais o sistema bancário muito dificilmente abre as portas. O crédito é concedido com base em parâmetros técnicos e financeiros, determinados

pelas cooperativas centrais, mas sendo o processo menos burocrático com exigência de garantias mais flexíveis, nas quais o conhecimento pessoal dos tomadores de crédito (baseado na confiança, nas redes sociais e na reputação) é integrado na análise.

No Estado de Minas Gerais, os municípios escolhidos para constituir cooperativas do sistema Ecosol foram Araponga e Espera Feliz, em razão dos trabalhos de associativismo que os agricultores familiares da região vinham desenvolvendo. A mobilização preexistente entre estes agricultores, que iriam compor os quadros sociais destas cooperativas, e o incentivo do Bacen (Banco Central), culminaram na criação da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga (Ecosol Araponga) e a Ecosol Tombos, em novembro de 2004 (Martins, 2010). O Banco Central não autorizou a criação de uma cooperativa de crédito solidário em Espera Feliz por já existir na cidade uma cooperativa de crédito de outro sistema (Sicoob). Por isso, os agricultores do município de Tombos candidataram-se para sediar essa segunda cooperativa, o que foi aceito. Hoje a Ecosol Tombos conta com quatro Postos de Atendimento Cooperativo (PACs): três em municípios vizinhos (Espera Feliz, Simonésia e Divino) e um num distrito do mesmo município (Catuné); já a Ecosol Araponga permanece restrita ao seu município.

Estas cooperativas de crédito solidário constituem-se com o propósito de se tornarem instrumentos de inclusão social e financeira, pretendendo objetivos para além do acesso ao crédito, orientando suas ações às lutas dos agricultores e movimentos sociais, sendo, muitas vezes, percebidas como instrumento catalisador do desenvolvimento local (Búrigo, 2006).

O desenvolvimento em questão

O desenvolvimento implica concepção otimista de que os indivíduos e a sociedade são capazes de moldar, pelas suas próprias forças, um novo mundo, cada vez melhor (Siedenberg, 2004, p. 11). A noção de desenvolvimento

tem se transformado ao longo do tempo e ainda continua em transformação. Durante grande parte do século 20 identificou-se o desenvolvimento com crescimento econômico, como se, obtendo este, automaticamente conseguíssemos aquele. No decorrer do tempo, entretanto, constatava-se que os frutos do crescimento não beneficiavam a todos. A pobreza aumentava e tornava ainda mais evidente as desigualdades entre os setores da sociedade. Os debates, neste sentido, apontaram a necessidade de minimizar os impactos sociais, ambientais e culturais que surgiam após os pacotes tradicionais de desenvolvimento (Souza, 2008). A maioria dos projetos desenvolvidos pela esfera pública era planejada centralmente e, portanto, executada sem levar em consideração as demandas ou especificidades da população local, sendo os projetos impostos, “de cima para baixo”, sem que seus destinatários fossem consultados ou tivessem participação alguma.

A partir dos anos 60 foram surgindo críticas a esses modelos de políticas de desenvolvimento, passando a emergir novas teorias que questionavam essa maneira tradicional de compreendê-lo. Com o surgimento destas novas percepções, outros elementos foram incluídos nas concepções acerca do desenvolvimento, em especial considerando a visão dos cidadãos e das particularidades locais referentes à sociedade, economia, cultura, história, ambiente, etc. (Souza, 2008).

A perspectiva humanista do desenvolvimento está pautada na expectativa de satisfação das necessidades básicas (saúde e educação), procurando diminuir as desigualdades sociais. Este conceito de desenvolvimento tornou-se

[...] mais preocupado com as conseqüências ambientais e sociais da sua promoção e as agências de desenvolvimento mais localizadas na medida em que a institucionalidade do desenvolvimento foi mudando, com uma maior participação dos agentes locais e regionais, envolvidos na elaboração e condução de projetos (Dias, 2004, p. 81).

Desta forma, os modos alternativos ao desenvolvimento tradicional são críticos aos objetivos, valores e métodos daquele tipo de intervenção, que desconsidera a opinião das comunidades. Assim, novas propostas que priorizam o âmbito local foram surgindo, mudando, portanto, a discussão de uma visão global para uma visão local e apropriada para a comunidade (Souza, 2008).

É de fundamental importância, nestas abordagens, ressaltar o conceito de “local”, que, segundo Joyal apud Furtado e Furtado (2000), se define como um espaço possuidor de uma identidade, dinâmica própria e de especificidades que mantêm estreitas relações de interdependência com áreas mais vastas (regional, nacional e mundial) em que se insere. O conceito de local não está atrelado somente à definição de um determinado espaço geográfico, mas compreende a constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os atores:

O local representa o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não-transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade. Representa, assim, o lugar de encontro das relações de mercado e formas de regulação social, que por sua vez determinam formas diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras, tanto para produtos como para processos, levando a uma diversificação de produtos apresentados ao mercado não simplesmente com base no custo relativo dos fatores (Campanhola; Graziano da Silva, 2000, p. 13).

O local é considerado então como uma forma social que constitui um plano de integração das ações e atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo (Fiúza, 2005).

Segundo Buarque (1999), desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de

vida da população. Este processo representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em âmbito local, resultante da mobilização das energias da sociedade, como sindicatos, as cooperativas de crédito solidárias do Sistema Ecosol e a comunidade local.

O conceito de desenvolvimento local remete à geração das oportunidades reais das populações presentes nos processos democráticos, “consubstanciando no estímulo ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas e sociais de um território” (Favareto, 2004). De acordo com Buarque (1999), o desenvolvimento local, apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage, recebe influências e pressões positivas e negativas. O desenvolvimento está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto em torno de um projeto construído em conjunto pelos atores.

A ideia do desenvolvimento próprio das comunidades e das sociedades humanas pode ser levada à prática por meio do gradual empoderamento e educação dos mesmos, para se tornarem sujeitos conscientes e ativos deste autodesenvolvimento pessoal e coletivo, num caminho que vai do micro para o macro, envolvendo a democratização efetiva do acesso aos mercados, aos bens produtivos, ao crédito e ao saber (Arruda, 1996).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo e quantitativo, sob a forma de “estudo de caso”. Várias são as definições encontradas para o estudo de caso, mas uma das mais recorrentes é a de Yin (2001), que afirma que o estudo de caso é uma pesquisa empírica em que se estuda um acontecimento contemporâneo, dentro de um contexto da vida real. O autor ressalta ainda que tal metodologia é importante por permitir uma reflexão aprofundada do fenômeno em particular e a identificação de outros ligados

à história dos atores sociais. Esse tipo de pesquisa se mostrou adequado devido à novidade que este modelo de cooperativa representa em MG, uma vez que existem poucos estudos precedentes e que cada sistema de cooperativas possui sua particularidade.

O processo de coleta dos dados primários foi realizado em julho/2010, no município de Araponga-MG, e empregou de observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas. A observação aconteceu nos principais espaços de interação dos cooperados (reuniões comunitárias e assembleias) e de discussões estratégicas (planejamentos e reuniões de diretoria), sendo devidamente registradas em diário de campo. As entrevistas seguiram o método de entrevista focalizada ou *focused-interview* (Merton; Fiske; Kendall, 1998). A amostra contemplou 50 cooperados, definida pelos critérios de acessibilidade e exaustão, sendo, assim, critérios não probabilísticos. A exaustão foi considerada a partir da repetição e reincidência das informações (quando se chegava à saturação da informação numa determinada comunidade, se passava a entrevistar cooperados na comunidade vizinha).⁶ A acessibilidade diz respeito à seleção de elementos conforme a facilidade de acesso (Vergara, 1998). O tratamento dessa amostra, devido a seu tamanho, considerou procedimentos estatísticos. Além dos cooperados foram também entrevistados os 5 dirigentes da cooperativa, com os quais se buscou maior detalhamento sobre a gestão e o funcionamento da cooperativa para, por meio de tratamento qualitativo, compreender a dinâmica operacional da organização. Uma pesquisa documental também subsidiou as análises, sendo verificados o Estatuto, Regimento Interno e algumas Atas de reuniões.

Na etapa de organização e análise dos dados foi realizada a transcrição completa das entrevistas e do diário de campo, procedendo a uma leitura minuciosa de todo o conteúdo e organizando categorias analíticas. A análise

⁶ Os cooperados estão distribuídos em diversas comunidades rurais, por vezes bem distantes umas das outras e do centro da cidade. Por esta particularidade, que se mostrou uma limitação metodológica, buscou-se critérios não probabilísticos de definição da amostra, mas entrevistar cooperados nas mais diversas comunidades para captar diferentes percepções.

dos dados se deu de forma comparativa, para cada categoria constituída, de forma que pudesse ser realizado o cotejo das informações. Simultaneamente, construíram-se relações entre o sistematizado pelo campo e as definições conceituais que orientavam a pesquisa, buscando definir e organizar uma linha de argumentação coerente com o objetivo proposto.

Resultados e discussão

Ecosol Araponga: histórico e trajetória

Historicamente, os agricultores familiares do município encontraram dificuldades de acesso ao sistema financeiro formal. Os agricultores familiares, sem recursos suficientes para enfrentar os gastos da cultura de café (mão de obra, insumos, etc.), viam-se forçados a procurar por agiotas ou a vender a produção por antecipado (a um preço bastante menor estabelecido pelo comprador). Eles eventualmente contavam com um fundo rotativo para financiar suas atividades agrícolas, administrado por agricultores vinculados ao STR, mas era insuficiente para atender a todas as demandas. Com o intuito de ter acesso a um sistema de financiamento estável, seguro e organizado, alguns agricultores tiveram a ideia de constituir uma cooperativa de crédito no município. O STR de Araponga teve um papel fundamental nesse processo, aproximando-se de organizações e lideranças de outras regiões ocasionando a vinculação com o sistema Ecosol, já funcionando em outras unidades da Federação. Mediante uma parceria com a ADS/CUT, o STR de Araponga desenvolveu cursos de capacitação com os atores envolvidos nos processos de constituição da cooperativa de crédito rural, e também os auxiliou nos trâmites burocráticos e legais junto ao Banco Central.

Assim, em novembro de 2004 constituíram a Ecosol Araponga, com um quadro social composto de 31 cooperados, que se multiplicaram em seis anos chegando a 399 (dados de julho de 2010). Os serviços financeiros oferecidos inicialmente pela cooperativa foram: capitalização/poupança,

investimento, pró-comércio (adiantamento sobre a venda do café para que os agricultores possam esperar para vender o produto na época em que esteja mais valorizado); o pró-insumo e a pró-colheita. A taxa de juro cobrada pelos serviços, especialmente o crédito pessoal, teve uma variação de 5% desde a criação, aumentando de 1,5% para 2%.

O capital social, inicialmente, era composto por R\$ 3.100,00, valendo R\$ 1,00 cada cota-parte, tendo cada cooperado que integralizar no mínimo 100 cotas-parte. Atualmente contam com um capital social de R\$ 63.000,00. O primeiro empréstimo concedido pela Ecosol Araponga foi em abril de 2005. Às linhas de crédito oferecidas pela cooperativa somaram-se, atualmente, a destinada à compra de terra (recurso que o sindicato tem vinculado à cooperativa para emprestar às pessoas que não possuem terra) e o empréstimo pessoal (para pagamento de contas).

Segundo seu Estatuto, só podiam se associar à cooperativa os agricultores familiares membros do STR de Araponga. Cada candidato a sócio devia conseguir que outros cooperados da cooperativa respaldassem sua postulação, ou seja, para que um agricultor se torne sócio da Ecosol é necessário que outro sócio ativo o indique formalmente e seja corresponsável por suas movimentações financeiras. Desta forma, as redes sociais entre os agricultores das distintas comunidades eram usadas para validar a reputação dos cooperados como sérios e bons pagadores, mercedores da confiança e do crédito da cooperativa.

Com o intuito de divulgar a cooperativa nas comunidades e atrair novos cooperados, a Ecosol Araponga trabalha com agentes de crédito, sendo estes remunerados ao atingirem um determinado número de novos cooperados. Essa ação faz-se importante em razão das metas, que devem ser cumpridas pela cooperativa perante o Banco Central, para que a mesma possa continuar seu funcionamento. A opção por esses agentes de crédito locais permite selecionar os candidatos a sócios em função do conhecimento pessoal e da reputação dos mesmos.

Dinâmica de funcionamento da Ecosol Araponga

A gestão da cooperativa é realizada pelo coordenador geral, o coordenador financeiro, o secretário geral e pelo conselho fiscal (três titulares e três suplentes). Há também um Comitê Gestor de Crédito, que é responsável pela análise e gestão da carteira de empréstimos. Como forma de solidariedade em sua gestão, a cooperativa institucionalizou o “aval solidário” como mecanismo de avaliação dos riscos e controle do crédito. Trata-se de uma garantia individual – de produtor a produtor – e não grupal, como no caso de fundos de microfinanças, por exemplo. Mesmo, no entanto, sendo um aval individual, similar aos convencionalmente adotados pelos bancos, a diferença é que o avalista deve ser da mesma comunidade. Isso permite que o monitoramento dos vizinhos seja efetivo, uma vez que estes são conhecedores das atividades econômicas e da reputação. Esse lastro territorial e social adotado no mecanismo de aval permite às cooperativas se apropriarem das relações de vizinhança e parentesco como forma de controle social do crédito.

Tentando evitar a inadimplência, são também necessários mecanismos convencionais de controle. Por isso, os avalistas e os contratos formais possuem um teor de controle burocrático, pois o controle social se limita a abrangências territoriais restritas e a laços mais estreitos entre credor e devedor. Atualmente, para empréstimos de até R\$ 500,00 não é necessário avalista. Se for aceita a solicitação, o crédito é concedido num prazo de 15 dias. Para realizar a concessão do empréstimo acima de R\$1.900,00, são exigidos dois avalistas, e cada cooperado só pode avalizar até duas pessoas, não pode acontecer o “aval cruzado”, avaliação mútua entre dois cooperados.

As formas de pagamento pelos empréstimos concedidos são:

- a) pró-insumo (4 meses de carência; após os quais o empréstimo é parcelado em 3 vezes);
- b) pró-colheita (3 meses de carência; após este período o empréstimo é parcelado em 3 vezes); e,
- c) compra de terra (em três anos, com parcelas anuais).

A cooperativa dispensa por mês uma média de 38 empréstimos, totalizando R\$ 176.926,00 de recursos financeiros liberados de janeiro de 2010 até julho deste mesmo ano. A poupança da cooperativa até julho de 2010 totalizava R\$145.144,00.

As exigências do Banco Central para manter a autorização do funcionamento das cooperativas de crédito lhes obriga a cumprir determinadas metas de capital social e de número de cooperados num aumento progressivo em seus primeiros cinco anos de vida. Em Assembleia em 2008, portanto, a cooperativa decidiu liberar os cooperados da necessidade de fazerem parte do quadro social do sindicato. Se por um lado isso lhes permite aumentar o número de cooperados (e, portanto, de futuros poupadores e tomadores de crédito), cumprindo com as metas exigidas e propiciando a continuidade da cooperativa, por outro fragilizou os controles sociais que eram os principais responsáveis da baixa inadimplência. A inadimplência, que em 2007 fechou em 0%, em 2009 alcançou o índice de 13%, um crescimento acima das expectativas dos gestores. A Tabela 1 a seguir apresenta indicadores de desempenho atual da Ecosol Araponga. De certa forma, uma das principais demandas da cooperativa ainda é aumentar as movimentações de seu quadro social para se capitalizar e conseguir emprestar maiores valores para seus cooperados. Para isso, seria importante que ela divulgasse e diversificasse seus serviços financeiros.

Tabela 1: Principais dados financeiros da Ecosol Araponga – Julho/2010

Discriminação	Total
Número de cooperados	399
Depósito a prazo	R\$ 187.542,00
Carteira de Empréstimos	R\$ 136.364,23
Capital Social	R\$ 63.975,13

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Contribuições da Ecosol-Araponga para o desenvolvimento local

Uma das principais categorias para análise das contribuições de uma instituição financeira para o desenvolvimento local é identificar sua funcionalidade na circulação local dos recursos financeiros, em vez da migração dos recursos para outras localidades que não possuam interfaces socioeconômicas com a localidade estudada. Se os recursos financeiros mobilizados por uma instituição financeira são, em grande parte, captados e distribuídos no próprio município, podemos qualificar seu papel como mediador local, como foi verificado no caso da Ecosol Araponga. De acordo com a Figura 1, percebe-se que praticamente 85% do dinheiro que os cooperados tomam em empréstimos na cooperativa são gastos no próprio município. Isso é um bom indicador, pois contribui na movimentação do comércio local de Araponga.

Os agricultores, ao pouparem, dão condições para que outros agricultores que necessitam de crédito possam acessar o mesmo. Se esse novo crédito é também gasto e investido no município, gerando novas fontes de receita e emprego por meio desse aumento (ou qualificação) do consumo, a instituição financeira participa do processo de dinamização da economia local. Essa dinâmica é também identificada por Búrigo (2006) em outras experiências, como própria do processo de desenvolvimento local.

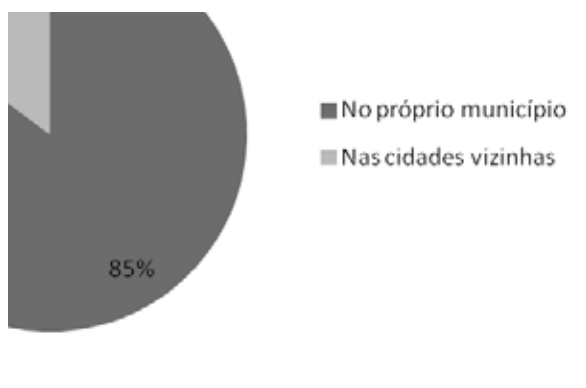


Figura 1 – Localidade onde investiu o crédito

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Segundo um dos dirigentes entrevistados, “a missão da cooperativa é fazer com que seus recursos girem dentro do município, entre os sócios”. Isso nos permite visualizar que os serviços oferecidos pela cooperativa são de extrema importância, tanto para o desenvolvimento da agricultura quanto para o desenvolvimento do comércio local do município. Neste sentido, percebe-se que a promoção do desenvolvimento é pautada nas necessidades e vontades dos atores locais, sinalizando a característica endógena que define o processo de desenvolvimento local (Buarque, 1999). O local como referência de investimento do crédito intensifica a circulação dos recursos financeiros no próprio município e prospecção de iniciativas de geração de renda.

Como podemos observar na Tabela 2, 48% dos cooperados entrevistados que acessaram o crédito pela Ecosol Araponga obtiveram um aumento na renda média mensal. Isso ocorre porque a cooperativa trabalha com baixos custos operacionais, instrumentos mais flexíveis de avaliação do risco e condições de pagamento mais adequadas a seu público, o que permite a estes o acesso ao crédito no tempo correto para os melhores investimentos, preço e condições adequadas para a realidade da agricultura familiar.

A flexibilidade na concessão do crédito, mediante um processo pouco burocrático, é uma facilidade para o acesso. Uma das principais vantagens das cooperativas de crédito solidárias em relação às convencionais não reside estritamente no valor dos juros, mas nas condições de pagamento dos empréstimos e na própria forma de organização da cooperativa. O aumento da renda dos cooperados é um sinalizador importante que envolve todas essas dimensões, e que consubstancia a análise das contribuições da Ecosol para o desenvolvimento local.

Tabela 2 – Variação da renda dos cooperados da Ecosol Araponga após o acesso ao crédito por meio da cooperativa⁷

Porcentagem de cooperados	Renda média mensal do cooperado <i>antes de acessar o crédito</i>	Renda média mensal do cooperado <i>após acessar o crédito</i>	Variação da renda
24%	Menor que 1 salário	Menor que 1 salário	Não variou
32%	Menor que 1 salário	1 a 2 salários	Aumentou
2%	Menor que 1 salário	2 a 3 salários	Aumentou
28%	1 a 2 salários	1 a 2 salários	Não variou
14%	1 a 2 salários	2 a 3 salários	Aumentou

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

As definições do rendimento mensal dos cooperados entrevistados foram feitas com base na média da renda anual vinda da comercialização do café para os meses do ano. Na Tabela 2, as colunas do meio representam, respectivamente, a renda antes e a renda depois de acessar os serviços financeiros, e a primeira coluna quantifica a porcentagem de cooperados em cada categoria de variação. Observe-se que o aumento da renda foi declarado por 48% dos entrevistados. Esses dados, no entanto, limitam a profundidade das contribuições da cooperativa, pois não é possível calcular os recursos financeiros que deixaram de sair da propriedade, ou seja, a economia feita pelos agricultores a partir de determinados investimentos produtivos, como a criação de animais e hortaliças para o consumo. Se a família deixa de comprar determinados produtos porque os produzem na propriedade, as rendas auferidas de outras fontes podem ser destinadas a bens de maior necessidade ou a outros investimentos.

⁷ A quantificação da renda está expressa em “salários”, que corresponde a salários mínimos, apenas para fins didáticos de apresentação dos resultados. Ao declararem sua renda, os agricultores familiares de Araponga não o faziam por salários, mas pela renda anual. Neste artigo os valores foram transformados para esclarecer a apresentação.

Em relação ao aumento da renda, porém, o que se constata é que os recursos emprestados pela cooperativa podem estar sendo essenciais para o desenvolvimento das atividades produtivas dos cooperados. Isso acontece quando os agricultores podem investir na lavoura no tempo certo (aplicar determinado adubo na época correta), obtendo maior rendimento produtivo e econômico, conseguindo, por exemplo, financiar sua lavoura até a venda do café por meio de um crédito de juros baixos, sem ter de vender antecipado para obter crédito para reprodução de sua família. Consequentemente, isso pode provocar melhores resultados financeiros ao otimizar os investimentos.

A Figura 2 nos permite visualizar que 66% dos entrevistados acham vantajoso ser cooperados da Ecosol Araponga devido à facilidade de acesso ao crédito, reconhecendo também os menores juros e o tratamento diferenciado. Isso permite observar determinadas diferenciações que as cooperativas de crédito rural solidárias apresentam em relação aos bancos.

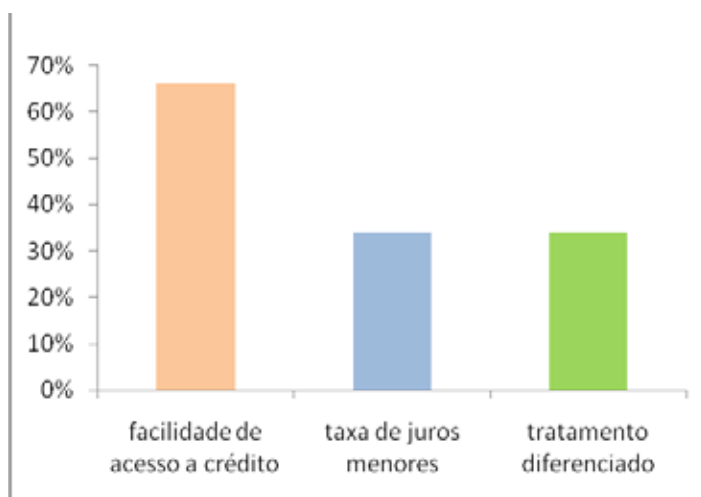


Figura 2 – Vantagens de ser cooperado

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Esse índice nos mostra que os agricultores familiares encontram na cooperativa a superação de uma limitação histórica do segmento, qual seja, o acesso a serviços financeiros formais. A facilidade observada reside justamente na pouca burocracia exigida, especialmente mediante as formas de controle social que se mostraram eficazes nesse tipo de organização. Essa facilidade encontra fundamento ainda nas condições de pagamento do crédito e nas possibilidades de negociação. A liberação da dependência dos agiotas torna-se uma questão fundamental para esses agricultores.

Um fato marcante nesse item é que a grande maioria dos sócios da Ecosol Araponga são parceiros ou meeiros, o que significa que não possuem propriedade da terra, e, muitas vezes, nenhum imóvel ou bem registrado em seu nome. Como a Ecosol não exige o penhor de propriedades ou garantias patrimoniais, como é comum nos bancos, o crédito se torna mais acessível, e permite explorar um nicho de mercado ainda pouco trabalhado por outros tipos de instituição financeira.

Segundo 62% dos entrevistados, o crédito concedido pela Ecosol tem contribuído muito para o investimento nas suas plantações, principalmente na produção do café, que é a atividade de maior rentabilidade para os agricultores da região. 38% utilizam o crédito para pagamento de dívidas, reforma da casa e ajuda aos filhos casados, assim como pode ser visto na Figura 3. Essa porcentagem não deixa de ser preocupante, uma vez que não se trataria de um investimento que viria a dar retorno num futuro, mas de gastos sem retorno econômico imediato e, portanto, sem outra segurança do pagamento do crédito que a confiança na reputação do cooperado. Esses dados explicam também por que não houve um aumento de renda em todos os casos, embora liberar-se dos altos juros dos agiotas e de outras fontes de financiamento signifique um retorno positivo para esses agricultores, que passam a pagar os juros da cooperativa.

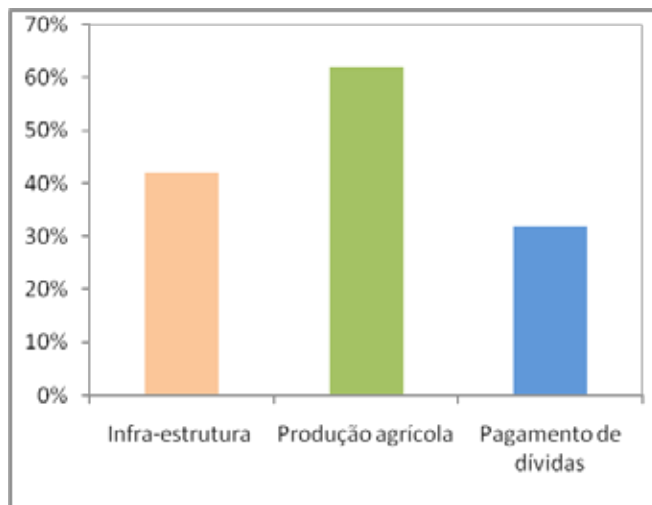


Figura 3 – Uso do crédito pelos cooperados

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Esses dados nos indicam que a cooperativa contribui diretamente com a produção agrícola de seus cooperados, fomentando a viabilidade de seus empreendimentos e o aproveitamento das oportunidades de mercado. Essa possibilidade de acesso a modalidades formais de crédito a um custo baixo e em formas adequadas às realidades produtivas, sociais e econômicas locais, se torna fundamental para o desenvolvimento local.

É justamente aí que reside a maior contribuição da Ecosol para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local. Muitas fontes informais de acesso ao crédito fazem parte das redes de relações sociais dos agricultores, que podem se caracterizar por relações de dominação, compadrio e exploração, assim como também identificou Abramovay (2004) em um caso similar. Isso se configura em certos casos com os agiotas, que cobram uma taxa de juros exorbitante. Para aqueles cooperados que estão incluídos nesse tipo de relação, a cooperativa disponibiliza o crédito pessoal para que a dívida seja quitada e que não haja perda progressiva da liquidez do cooperado para o seu pagamento.

A Figura 4 nos mostra que 85% dos entrevistados não poupam dinheiro na Ecosol Araponga, mas realizam empréstimo para investir nas atividades produtivas. Somente 15% dos entrevistados poupam na cooperativa. Essa baixa porcentagem muitas vezes dificulta a dinâmica de funcionamento da organização, uma vez que a principal fonte de financiamento é a poupança local. Então, quanto menor a poupança, menores as condições de ampliar o fornecimento do crédito. Notou-se que o principal recurso financeiro que movimenta a cooperativa advém do Sindicato, o que nos mostra certa dependência deste parceiro desde o início de sua constituição, pois a poupança dos cooperados, por si só, não seria suficiente para a cooperativa conceder seus empréstimos. Cabe agregar que a cooperativa ainda não tem acesso aos fundos do Pronaf, nem a quaisquer outros fundos públicos.

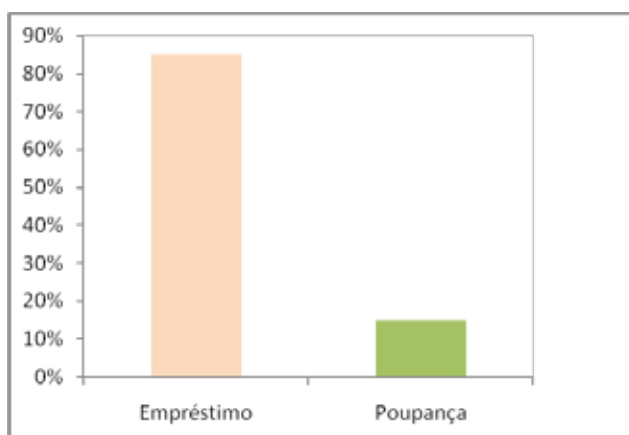


Figura 4 – Serviços acessados pelos cooperados

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

De fato, chegar a essa constatação é preocupante para a gestão da cooperativa, posto que sua capacidade de ampliar o acesso ao crédito está ligada as suas condições econômicas. Se a cooperativa possui mais demanda por empréstimo que iniciativas de poupança, em seu futuro poderá ocorrer inflexões nas estruturas organizacionais e nos mecanismos de controle, selecionando mais os tomadores. Sinaliza-se aqui a necessidade de se adotar

medidas preventivas, com conteúdo educativo, para a promoção da consciência coletiva de que poupar é um investimento e é imprescindível para garantir a sobrevivência da cooperativa.

Todas estas experiências ensinaram aos agricultores a importância de se unirem formando grupos capazes de defender seus interesses e os da população local. Trata-se de um processo de empoderamento, ou seja, de torná-los mais capazes de exercerem o poder de realizar ações em conjunto, que conforma uma dimensão social do desenvolvimento local (Dias, 2004). Não é, porém, a mera realização de tarefas que define o empoderamento, mas a ação conectada à responsabilidade pelo trabalho, pela aquisição de conhecimento e pela capacidade de produzir mudanças a partir dele. O empoderamento, então, serve como um mecanismo que permite a estes agricultores alcançarem seus objetivos e organizarem seus trabalhos. Percebemos, assim, que essa cooperativa de crédito tem um papel importante na vida social e econômica destes agricultores.

Cabe assinalar que a Ecosol Araponga também tem se transformado num ator social importante no município, articulando-se com outras organizações da região em ações conjuntas em prol do desenvolvimento local. Ao organizar atividades de capacitação, de representação dos agricultores familiares e seus interesses em âmbitos financeiros de maior escala, a Ecosol Araponga aumenta seu poder de representação dos interesses desta categoria social e a consciência sobre o seu papel no município. A parceria entre a Ecosol, o sindicato e a associação de produtores, integrando ações de base e modalidades de serviços financeiros que contemplem programas em comum, é um arranjo organizacional local importante voltado para a agricultura familiar.

Em relação aos tipos de serviços oferecidos pela cooperativa, 46% dos entrevistados disseram que ela deveria aumentar seu portfólio de produtos financeiros. 44% afirmaram que a cooperativa deveria receber o pagamento de contas de água, luz, telefone, IPVA, seguro de veículos, dentre outras, e que ainda não o faz por sua dificuldade em estabelecer convênios de com-

pensação financeira com o Banco do Brasil. 8% dos cooperados gostariam que a cooperativa oferecesse talão de cheques e conta-corrente. Os demais responderam que já estão satisfeitos com os serviços oferecidos pela Ecosol Araponga. O aumento dos produtos financeiros seria um fator relevante para que seus cooperados se tornem mais ativos e para aumentar o quadro social. Com um portfólio aumentado, ampliam-se também as formas de movimentação financeira efetuadas pela cooperativa. Assim, diversificam-se as fontes de renda para manutenção da organização.

Dos cinco diretores entrevistados que compõem o quadro diretivo da Ecosol Araponga, percebemos, na Figura 5, que 60% destes disseram que sentem bastante dificuldade para entender as questões burocráticas do funcionamento da cooperativa, o que nos indica a necessidade de introduzir processos de capacitação dos dirigentes da Ecosol Araponga.

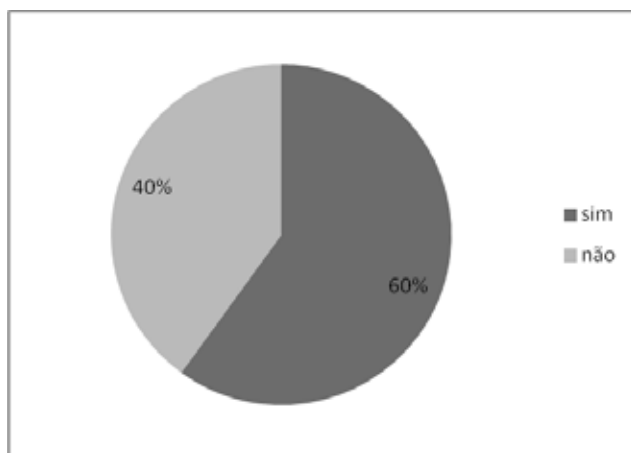


Figura 5 – Dificuldades dos dirigentes em gerir a cooperativa

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Percebemos também que os principais desafios encontrados pela Ecosol Araponga para se desenvolver, estão pautados na gestão da cooperativa, no número de sócios, na linha de produtos financeiros, na distância

das comunidades e no espaço adequado para realização de reuniões. Os cooperados disseram que encontram dificuldades para ir às reuniões por causa da distância entre a comunidade e a cooperativa.

Conclusões

Apresentamos, ao longo deste trabalho como o sistema Ecosol, ao cumprir seu papel de facilitar o acesso ao crédito, mediante menores taxas de juros e melhores condições de pagamento, estimulou a inserção dos agricultores familiares no sistema formal de crédito, possibilitando, portanto, sua inclusão financeira. A cooperativa, na medida em que se torna um instrumento para o aumento da renda dos cooperados, promove a aplicação local da poupança dos agricultores, a circulação local dos recursos e uma efetiva rede de parcerias em torno de projetos sociopolíticos. Isso reforça seu papel na dinamização da economia local e na promoção do seu desenvolvimento.

Os recursos emprestados pela cooperativa foram fundamentais para alavancar as atividades produtivas dos cooperados, uma vez que tiveram a possibilidade de investir no momento certo, dada a flexibilidade de acesso ao crédito pela cooperativa. Conseqüentemente, promoveu um aumento da eficácia dos projetos de investimento iniciados, permitindo-lhes aproveitar melhores condições ambientais (período de plantio), sociais (disponibilidade dos membros da família) e econômicas (baixa nos preços dos insumos), obtendo maior rendimento produtivo e maior resultado financeiro ao promover a otimização desses investimentos.

Cabe mencionar o impacto que os créditos concedidos pela Ecosol Araponga tiveram sobre o mercado local de café. Os produtores conseguem aguardar para vender sua produção em momentos que obtenham melhores preços, independizando-se dos agiotas e dos intermediários de café que anteriormente ficavam com uma margem importante do preço de venda.

Esta cooperativa de crédito, como outras similares da economia solidária, estabelece parcerias com atores externos, buscando a sinergia com o Estado e com as organizações da sociedade civil, como ONGs, Associações, Sindicatos, dentre outras que se organizam para promover objetivos ligados ao fortalecimento da agricultura familiar. A atuação conjunta e articulada dessas organizações com a Ecosol Araponga potencializa suas atividades financeiras e fortalece sua legitimidade institucional.

Estes processos contribuem também no empoderamento dos agricultores de Araponga, tornando-os mais aptos a se organizarem em grupos capazes de promover mudanças e melhorias numa dada realidade. **Desta forma, podem também se organizar para ter um acesso diferenciado ao mercado e vender seus produtos sem precisar de intermediários, o que lhes permite se articular e desenvolver maiores e melhores opções de comercialização.**

As cooperativas pertencentes ao sistema Ecosol-MG são gerenciadas e dirigidas pelos próprios agricultores familiares. Isso lhes possibilita utilizar as informações de sua rede de relações sociais na operacionalidade e no fortalecimento da gestão do crédito, em prol do desenvolvimento local.

Assim, podemos concluir que as cooperativas de crédito solidárias, que surgiram como um modelo para promover o acesso ao crédito das populações menos favorecidas, no caso de Araponga, têm conseguido cumprir com seus objetivos, promovendo a circulação local dos recursos financeiros, contribuindo no desenvolvimento local do município, em especial dos agricultores familiares.

Referências

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Ed. Fapesp; Annablume, 2004. 246p.

ARRUDA, M. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. (Texto preparado para apresentação na conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social), Genebra, dez. 1996.

BITTENCOURT, G. B.; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. *Revista Economia Ensaios*, vol. 16, n. 1, p. 179-207, 2003.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Projeto de Cooperação Técnica Inera/IICA. Brasília, 1999.

BÚRIGO, F. L. *Cooperativismo de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007. 135 p.

BÚRIGO, F. L. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Santa Catarina, 2006.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional*. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 190p.

DIAS, M. M. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. 2004. Tese (Doutorado) –CPDA; UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FAVARETO, A. Economia solidária – o que estamos fazendo? In: *Curso de Formação de Formadores*. São Paulo: ADS, 2004.

FIÚZA, A. L. C. *Desenvolvimento local*. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Cooperativismo, Módulo 1. Viçosa, MG: UFV, 2005.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004. 199p.

FREITAS, A. et al. *Fortalecendo laços sociais e financeiros: o Sistema Ecosol de Crédito Solidário em Minas Gerais*. Seminário de Sociologia Econômica, UFSC, Florianópolis, 2009.

FURTADO, R.; FURTADO, E. *A intervenção participativa dos atores (Inpa): uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura (IICA), 2000. 180p.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina; ABRAMOVAY, Ricardo. *A sustentabilidade das microfinanças solidárias*. Sober, 2003. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2c5bf24/54_1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

MARTINS, M. E. *O cooperativismo de crédito solidário e as representações sociais da cooperação nos municípios de Araponga e Tombos/MG*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, p. 121.

MERTON, R. K.; FISKE, M.; KENDALL, P. L. Propósitos y critérios de la entrevista focalizada. *Empiria – Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, n. 1, p. 215-271, 1998.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Escola de Administração da Ufba (NPGA/Nepol/PDGS), 2005.

OLIVEIRA, A. W. S. *Desenvolvimento rural sustentável: o manejo integrado da bacia hidrográfica do Ribeirão Santana*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, UFMG, 2004.

PEREIRA, A. B. *Cooperativismo rural e sua influência no desenvolvimento local: estudo de caso da Sicoob sertão, Pintadas-BA*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Salvador, Unifacs, Curso de Mestrado em Análise Regional, 2008, p. 169.

SCHRÖDER, M. *Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar – o sistema Cresol (1995 a 2003)*. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. In: *Desenvolvimento em questão – Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania*, Ijuí: Ed. Unijuí, ano 2, n. 3, jan/jun. 2004.

SOUZA, M. *Gestão cooperativa e desenvolvimento local: um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas/Sicoob-Saromcredi*. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.